



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° DE 2022

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa, a fim de debater o retrocesso nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e a suspensão da reforma agrária pelo Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa - CLP, a fim de debater o retrocesso nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e a suspensão da reforma agrária pelo Governo Federal. Nesse sentido, solicito que sejam convidados para debater o tema:

- Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SAF/MAPA;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – CONTRAF;
- Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Agricultura Familiar de Minas Gerais – FETRAF MG;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
- CRESOL;
- Ação da Cidadania.

JUSTIFICAÇÃO

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção e diversidade dos alimentos consumidos pelos brasileiros. A significância é tamanha que o Censo Agropecuário de 2017, apontou que 76,8% dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil foram caracterizados como pertencentes à agricultura familiar, gerando de 106,5 bilhões de reais de receita (IBGE).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220152641400>

LexEdit
* CD220152641400*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A inclusão dos agricultores familiares no orçamento público através de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foram e são fundamentais no fortalecimento da organização, da produção e da comercialização. Propiciando a ampliação de posto de trabalho e o aumento de renda no campo, aumentando a disponibilidade de alimentos saudáveis e mais baratos ao conjunto da população, pois a agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas na grande maioria dos municípios do país.

O enfraquecimento destas políticas públicas vem causando um prejuízo enorme aos agricultores e consequentemente na oferta de alimentos e no combate a fome. Fato esse já notabilizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) por meio dos relatórios *"Estado da Insegurança Alimentar no Mundo"* e *"Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um Retrato Multidimensional"*.

A carestia voltou a ocupar os noticiários do país. Mais da metade da população do país vive em situação de insegurança alimentar e o Brasil voltou desonrosamente ao Mapa da Fome mundial. A suspensão do Pronaf, o desmantelamento do PAA, do PNAE e do conjunto de políticas públicas voltadas para agricultura familiar tem grande parcela de responsabilidade nessa realidade nefasta.

A concentração de terra é outro fator determinante para a escassez de alimentos e ampliação da pobreza. A política de reforma agrária do atual governo praticamente paralisou o assentamento de famílias sem terras, chegando ao ponto até de suspender todas as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao mesmo tempo a violência no campo disparou. Sem terras, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros e outros povos e comunidades tradicionais passaram a conviver amargamente com ameaças constante de despejos irregulares e ação violenta de milícias armadas.

Desta forma, consideramos necessária à realização de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados com o intuito de promover os necessários esclarecimentos imprescindíveis para retomada das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária popular no Brasil.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2022.

Rogério Correia
Deputado Federal
PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220152641400>

LexEdit
* C D 2 2 0 1 5 2 6 4 1 4 0 0 *